

## **COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS INSURGENTES: conversações políticas on-line durante a ocupação de escolas em São Paulo<sup>1</sup>**

## **COMMUNICATION IN INSURGENT MOVEMENTS: Online political conversation during school occupation in São Paulo**

Francine ALTHEMAN<sup>2</sup>; Ângela MARQUES<sup>3</sup>; Luís M. Sá MARTINO<sup>4</sup>

**Resumo:** *O estudo da conversação política online nem sempre privilegia os espaços informais como potenciais agenciadores das práticas e tomadas de decisões de grupos. No entanto, a emergência dos ambientes online parece ter contribuído para a formação desses espaços conversacionais com amplas consequências no estabelecimento de ações políticas. Este trabalho estuda os circuitos de conversação política informal online durante a ocupação de escolas por estudantes do ensino médio e fundamental no estado de São Paulo, ocorrida em 2015. O local de observação das interações é a página “O Mal Educado”, da rede social Facebook, destacando as interações voltadas para a ação conectiva, fortalecimento da identidade coletiva e direcionamento das discussões através de diferentes formas de auto-expressão dos jovens.*

**Palavras-Chave:** *Conversação Política. Facebook. Juventude.*

**Abstract:** *The study of political conversation online not always privileges the informal spaces as potential agencies of practices and decision making of groups. However, the emergency of online environments seems to have contributed to the formation of these conversational spaces with vast consequences in the establishment of political actions. This work studies the circuits of informal political conversation online during the occupation of schools by students of average and basic education in the state of São Paulo, occurred in 2015. We observe the posts and comments in the page “the Impolite”, of Facebook, detaching the interactions directed toward*

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil, do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

<sup>2</sup> Francine Altheman é Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestre em Comunicação na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero; Graduada em Comunicação Social - Jornalismo – pela Unesp. Supervisora de estágio e professora do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). Membro do grupo de pesquisa Margem (UFMG). E-mail: [franaltheman@gmail.com](mailto:franaltheman@gmail.com).

<sup>3</sup> Ângela Marques é doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio na Université Stendhal, Grenoble III. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. E-mail: [angelasalgueiro@gmail.com](mailto:angelasalgueiro@gmail.com)

<sup>4</sup> Luís Mauro Sá Martino é professor do PPGCom da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, é pós-doutor pela Universidade de East Anglia, na Inglaterra. E-mail: [lmsamartino@gmail.com](mailto:lmsamartino@gmail.com)

*connective action, strengthening of collective identity and modulation of controversies through different forms of youth self-expression.*

**Keywords:** *Political conversation. Facebook. Youth engagement.*

---

## 1. Introdução

No dia 23 de setembro de 2015, os principais jornais do Estado de São Paulo noticiavam o programa de reorganização da rede de ensino<sup>5</sup>, que iria transferir, no ano letivo seguinte, mais de um milhão de alunos para que as escolas fossem divididas por ciclos. Como consequência dessa medida, mais de 150 escolas seriam afetadas, com encerramento de turnos e ciclos.<sup>6</sup>

Pais, estudantes e até mesmo professores e diretores de escolas estaduais souberam da reorganização escolar pelos veículos de comunicação. Somente dias depois, o portal da Secretaria de Educação e suas redes sociais digitais passam a divulgar a reorganização, focando no chamado “Dia E”, encontro que aconteceria em 14 de novembro para informar e tirar dúvidas de pais e aluno sobre a reorganização<sup>7</sup>.

No entanto, ainda em setembro, inicia-se um levante de alunos secundaristas, que questionam o programa proposto pelo governo e reivindicam mais informações, em um primeiro momento. Com o descaso que se segue por parte do governo e com o final do ano letivo se aproximando, os alunos começam a saber, pela própria

---

<sup>5</sup>MONTEIRO, André. *SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por série*. Folha de S. Paulo (on-line), São Paulo, 23 de setembro de 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233990-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>>. Último acesso em 26/04/2017.

<sup>6</sup>Segundo o então secretário da Educação, Herman Voorwald, em entrevista ao Jornal Bom Dia São Paulo, da Rede Globo, a reorganização se baseava em dois argumentos principais: a rede estadual de ensino teria salas ociosas, com poucos alunos, já que teria perdido dois milhões de estudantes nos últimos 17 anos; de acordo com um estudo feito pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (Cima), órgão da Secretaria de Educação, o desempenho dos alunos nas escolas de um ciclo único seria melhor. Ver: Bom Dia São Paulo. *Secretário da Educação esclarece dúvidas sobre a mudança na divisão de alunos nas escolas*. Rede Globo, São Paulo, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4486989/>>. Último acesso em 26/04/2017.

<sup>7</sup>PORTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Educação recebe alunos da capital e esclarece mudanças da rede para 2016*. Portal da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (on-line), São Paulo, 6 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/educacao-recebe-alunos-da-capital-e-esclarece-mudancas-da-rede-para-2016>>. Último acesso em 26/04/2017.

escola, que não estudarão mais ali, mas também não há informação sobre a escola onde iriam estudar. Vários alunos que estão nessa situação começam a usar o *Facebook* para discutir o assunto e decidir o que fariam. O movimento tem suas primeiras discussões na rede, ainda no final de setembro, por meio de *hashtags* como *#AEscolaÉNossa*, *#ÉNóisQueManda* e *#LutarPeloNossoDireito* (CAMPOS et. al, 2016).

A partir daí, acontece uma sucessão de eventos, iniciando com o rompimento dos estudantes com o governo e a auto-organização de um movimento que culminaria, semanas depois, com o recuo do governo na proposta de reorganização escolar – pelo menos temporariamente – e com a renúncia do secretário de Educação em dezembro daquele ano. Essa onda de protestos teve, entre seus episódios, o fechamento de ruas em São Paulo, fomentado por *performances* criativas dos alunos, que simulavam salas de aula nas principais vias de São Paulo, e culminou com a ocupação de mais de 200 escolas, entre novembro e dezembro de 2015<sup>8</sup>.

Como um movimento que alicerçou parte de seus processos comunicativos no *Facebook*, em centenas de páginas criadas especialmente para organizar e discutir o movimento como um todo, pode-se observar que esta plataforma *on-line* se tornou uma arena de conversação política em torno do problema que afetava os secundaristas.

A instituição do movimento, após a ruptura com o governo, ocorre via processos de comunicação próprios para a manutenção e organização das formas de gestão autônoma das ocupações. As experiências ligadas ao movimento estão intimamente relacionadas aos processos comunicativos que o permeiam: eles aparecem tanto na interação dos próprios sujeitos políticos, caracterizando suas experiências e fazeres cotidianos, quanto na sua própria produção midiática, que precisa enfrentar a cobertura dos veículos de comunicação tradicionais utilizando as redes sociais e as mídias alternativas.

---

<sup>8</sup>Contagem realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) em tempo real, entre os dias 8 de novembro de 2015 e 19 de janeiro de 2016.

Este trabalho analisa o potencial deliberativo das conversações políticas informais on-line que fomentaram o movimento de ocupação de escolas na cidade de São Paulo pelos estudantes secundaristas. Integrando um projeto mais amplo sobre os processos comunicativos dos movimentos de insurgência, e dialogando com reflexões anteriores (Altheman; Martino; Marques, 2013), este texto enfoca alguns dos processos discursivos construídos nas páginas do movimento secundarista no *Facebook*. De modo mais específico, nos interessamos pelas formas de engajamento elaboradas pelos estudantes e pelo modo como sua auto-expressão no Facebook se articula com a criação de agenciamentos coletivos, ao quais envolvem a produção de enunciados próprios e partilha de repertórios de ação.

Para isso, toma-se como referência as postagens da página *O Mal Educado*, coletivo que surgiu com o intuito de promover grêmios estudantis livres e que, em 2015, se engaja no movimento de secundaristas, incorporando muitos dos estudantes que começaram os protestos<sup>9</sup>. A página do coletivo no *Facebook* é uma das que acabam confluindo as informações de todas as escolas ocupadas, transformando-se em uma fonte confiável de informação do movimento. Partimos do pressuposto de que a troca interpessoal de informações no Facebook requer uma dimensão de abertura e confiabilidade para que os interlocutores possam expressar suas opiniões políticas diante de outros com os quais não possuem necessariamente vínculos de proximidade (Himmelboim et al, 2012).

O objetivo é observar as trocas comunicativas que se estabelecem em algumas postagens, avaliando critérios que caracterizam, em um sistema deliberativo (Mansbridge, 2009; Maia, 2012; Conover; Searing, 2005), a justificação recíproca e pública de argumentos (Gomes; Maia, 2008; Habermas, 1998) e algumas características mais específicas das interações em redes digitais (Marques, 2016; Sarmiento; Mendonça, 2016; Oliveira; Sarmiento; Mendonça, 2014; Mendonça; Amaral, 2016; Van Dijk, 2012; Kies, 2016).

---

<sup>9</sup> Página do coletivo *O Mal Educado* no *Facebook* disponível em: <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>>. Último acesso em 26/04/2017.

As postagens serão analisadas com foco no conteúdo postado entre os dias 24 e 25 de novembro, considerados o auge das ocupações, que resultaram em um boicote ao Saesp<sup>10</sup>.

## **2. Conversações políticas on-line: potencialidades deliberativas no *Facebook***

Considerando-se que a base teórica em torno dos debates fomentados nas esferas públicas possui sua raiz nos estudos de Jürgen Habermas (1998, 2003, 2012), o desenho metodológico das pesquisas acerca de arenas deliberativas online tende a seguir os princípios normativos por ele estabelecidos para a condução do debate racionalmente orientado (Marques, 2016). Paralelamente, críticos aos pressupostos habermasianos têm contribuído substancialmente para repensar os ideais normativos e flexibilizar seus pontos principais. Entre esses pontos, pode-se ressaltar o pressuposto da racionalidade, que fundamenta as justificativas e argumentos em debate, criticado por Iris Young (2001), Chantal Mouffe (2005) e Jane Mansbridge (2009), para quem o debate precisaria incorporar outras formas enunciativas, como a retórica, as emoções, narrativas e histórias de vida, aproximando-se de uma conversação capaz de integrar-se a um sistema deliberativo mais amplo.<sup>11</sup>

Nesse sentido, é importante ressaltar que Habermas, entre suas próprias reformulações sobre a teoria deliberativa, não chega a inviabilizar as narrativas e emoções nos atos de fala. O uso racional da linguagem não significa apagamento dos sentimentos morais e das emoções, mas sim uma forma de ampliar os horizontes éticos que orientam pontos de vista particulares até que possam, nesse processo, produzir um horizonte moral comum capaz de orientar comunicativamente

---

<sup>10</sup>O Saesp é a aplicação de provas anuais com o objetivo de avaliar o rendimento escolar, que, por sua vez, serve de base para calcular bônus aos funcionários e professores. Ele é emblemático para o movimento dos secundaristas, pois simboliza tudo aquilo com que os estudantes desejam romper: governo e uma avaliação que não avalia, de fato, o sistema educacional (CAMPOS et. al, 2016).

<sup>11</sup> “Esses padrões precisam ser ampliados para acomodar o caráter mais informal das partes não governamentais do sistema deliberativo, mas, nessa ampliação, eles não precisam perder suas características. Tanto nos corpos legislativos quanto no restante do sistema deliberativo, o conceito de “razão pública” deveria ser ampliado para abranger uma mistura considerável de emoção e razão em vez da pura racionalidade” (MANSBRIDGE, 2009, p. 210).

as ações e razões dos sujeitos em direção à generalização de interesses e à justiça (Habermas, 1998, 2012). Mansbridge (2009), por outro lado, vai assinalar que a ideia de uma passagem da ética à moral, da experiência singular às leis, do auto-interesse ao interesse coletivo, torna o processo deliberativo inacessível e/ou incompreensível para muitos.

Sabemos que, em um processo deliberativo ampliado (articulando sistemicamente várias esferas públicas de discussão)<sup>12</sup>, as dinâmicas comunicativas tendem a se dar de forma integrada, mas nem sempre coordenada e simultânea. Sob esse aspecto, concordamos com Bohman quando ele afirma que a deliberação seria melhor promovida em uma “concepção distribuída e não hierárquica de esfera pública” (2007, p.354). Essa estrutura distributiva (um público de públicos atuando a partir de diferentes espaços e temporalidades) poderia, segundo ele, possibilitar a diferentes públicos, o acesso ao processo deliberativo.<sup>13</sup>

Partimos do pressuposto de que o processo deliberativo é formado pela interconexão entre diferentes contextos comunicativos, os quais reúnem diferentes atores e seus modos de comunicação específicos; e de que a deliberação é uma atividade que envolve o enfrentamento público dos discursos resultantes desses

---

<sup>12</sup> A noção de sistema deliberativo é explorada aqui a partir das abordagens de Habermas e Mansbridge. Para Habermas: “A comunicação política, circulando de baixo para cima e de cima para baixo através de um sistema de múltiplos níveis (desde a conversação cotidiana na sociedade civil, passando pelo discurso público e pela comunicação mediada até os discursos institucionalizados no centro do sistema político), assume formas bastante diferentes em arenas diferentes do sistema político” (Habermas, 2006, p.415). Já Jane Mansbridge (1999) propõe pensar a atividade deliberativa operando como um “sistema” através da articulação de dinâmicas comunicacionais que se processam em espaços de discussão e conversação os mais diversos: “[O que denomino sistema deliberativo resulta] da conversação entre representantes formais e informais em fóruns públicos designados, da conversação entre constituintes e representantes eleitos ou outros representantes de organizações orientadas politicamente, da conversação na mídia, da conversação entre ativistas políticos, e da conversação cotidiana em espaços privados sobre coisas que o público deveria discutir – todos fazendo parte do que chamo de sistema deliberativo” (1999, p.211). Mansbridge assume que, ao utilizar a palavra “sistema”, não pretende “sugerir que as partes de um todo possuem entre si uma relação mecânica ou perfeitamente previsível, embora ambos esses atributos sejam conotações das palavras ‘sistema’ e ‘sistemático’ no discurso ordinário”. Ao invés disso, ela busca sugerir uma “inter-relação entre as partes, de modo que uma mudança em uma delas tende a afetar as outras.” (1999, p. 228).

<sup>13</sup> A possibilidade de um maior acesso aos locus de discussão da rede não necessariamente significa probabilidade de argumentação recíproca diante de dissensos. Habermas (2006) destaca, por exemplo, que a formação de uma multitude de mini-espços públicos especializados na web poderia levar a uma fragmentação maior dos públicos que, reunidos em torno de um grande número de questões pontuais, permaneceriam isolados em “ilhas diferenciadas de comunicação” (Dahlgren, 2005, p.152). O fator da homogeneidade é mencionado por Lev-On e Manin (2006) como o principal responsável pela multiplicação de espaços virtuais semelhantes que, ligados por hiperlinks, orientam a navegação em direção a conteúdos que se afastam de toda oposição, privilegiando a diversidade de opiniões entre iguais ao invés do confronto entre opiniões adversas.

múltiplos contextos. É importante ter cuidado com o presuposto da mútua afetação e influência entre esferas ou âmbitos comunicativos que integram o processo deliberativo. A idéia de que mudanças que se processam em determinados contextos necessariamente repercutem em outros deve ser questionada. Assim como deve ser revista a idéia de que há uma repercussão recíproca ou um percurso de intercâmbio linear entre deliberações que se desdobram no centro e na periferia do sistema político. O foco deve ser nas trocas comunicativas e conversações construídas em diferentes arenas com o propósito não só de articular discursos e atores, mas de revelar como tais discursos e atores, a partir da individualidade de suas experiências e relatos, conseguem produzir tais articulações.

Argumentamos que não se deve relacionar deliberação e conversação a partir do princípio de que a conversação precisa se adequar aos princípios normativos da deliberação para ser válida. A conversação e suas contribuições para a construção de sujeitos e modos de agência politicamente autônomos precisam, primeiro, ser avaliadas em si mesmas, sem a necessidade de tecer comparações entre seu modo de operar e os princípios normativos que sustentam a deliberação (racionalidade, publicidade, inclusividade, igualdade, publicidade, reciprocidade e flexibilidade). Apesar de alguns autores (Mansbridge, 1999; Stromer-Galley, 2005) apontarem que conversações políticas informais são capazes de se orientar de acordo com princípios deliberativos, acreditamos que um enquadramento deliberativo das conversações políticas pode conduzir a expectativas pouco realistas sobre o modo como a conversação funciona propriamente. Por isso, o efoque analítico das conversações pode ser mais interessante se procurar revelar como os conflitos, dissensos, formas de auto-expressão e expressão coletiva são trabalhados na interação (Eveland et al., 2011). Sob esse viés, as implicações que conversações e deliberações possuem umas sobre as outras devem ser apreendidas com cautela, considerando interseções criadas a partir de situações e acontecimentos específicos e não-generalizáveis.

### **3. Facebook como arena de conversação política no sistema deliberativo**

Estudos recentes (Altheman, Martino, Marques, 2013; Oliveira, Sarmiento e Mendonça, 2014; Mendonça e Amaral, 2016) mostram o potencial deliberativo das trocas comunicativas realizadas nos espaços online, especialmente das redes sociais digitais. De modo geral, tais pesquisas defendem que, para compreender a deliberação online, é preciso prestar atenção nas conexões (ou ausências delas) entre muitas arenas discursivas. E, além disso, considerar as imbricações entre agenciamentos subjetivos e intersubjetivos, de modo a não conferir foco excessivo ou mesmo exclusivo aos sujeitos, suas formas de engajamento pessoal, suas formas de exposição a opiniões contrárias e suas formas protagônicas de questionamento a seu lugar dentro de ordens discursivas estabelecidas e estanques.

A nosso ver, a potência política dos enunciados e dos modos de enunciação proporcionados pelo Facebook, não se encontra exclusivamente em tentativas individuais e personificadas de questionamento de opressões e injustiças (por mais importantes que elas sejam dentro da ampliação de um entendimento de formas de participação política hoje). Muito menos restritas ao choque de perspectivas diferentes. Argumentamos a favor de uma potência política das conversações online que deriva não só das possibilidades enunciativas proporcionadas pelo *Facebook*, por exemplo, mas também de uma compreensão desse espaço como capaz de promover um pertencimento de grupo em que semelhantes pontos de vista e experiências possam encontrar-se e ter maior chance de tematizarem problemas e alcançarem publicidade (Conroy et al., 2012).

Especificamente sobre o *Facebook*, nosso objeto de análise, José van Dijck (2012) se mostra extremamente cauteloso em afirmar que esse espaço seria uma nova esfera pública ou mesmo uma expansão da esfera privada, exatamente por causa de seu caráter corporativista, que envolvem estratégias complexas de publicidade, e sua própria concepção empresarial que visa o lucro.

Os estágios iniciais dessa luta [novo espaço de comunicação pública versus fluxo de controle da informação] estão articulados na maneira como Facebook molda a sociabilidade ao mesmo tempo e pelos mesmos meios que é moldado por fatores sociopolíticos, códigos legais e forças de



mercado. Esta batalha por dominação está longe de ser concluída e provavelmente não terminará por muito tempo (VAN DIJCK, 2012, p. 173).

Por outro lado, Mendonça e Amaral (2016) revelam, em pesquisa sobre o provimento de razões em espaços on-line em torno da questão LGBT, que o *Facebook* mostrou-se como um dos espaços em que as justificativas mais aparecem nos proferimentos, perdendo apenas para os fóruns institucionalmente constituídos (espaços on-line criados pelo governo para debater algum assunto que está em discussão nas esferas políticas), cujas características são dominadas pelo posicionamento político, o que explica o alto índice de justificativas (86,49%). No *Facebook*, 76,27% das postagens nessa pesquisa apresentam justificativas, demonstrando que essa plataforma pode apresentar potenciais deliberativos, dependendo da abordagem e do assunto.

Com relação à configuração das trocas, podemos destacar o fato de que o próprio espaço do Facebook oferece ferramentas para a construção da conversação, e, ao mesmo tempo, aqueles que aí interagem constroem e se apropriam do contexto por elas gerado, aproveitando a experiência que já possuem de exploração da plataforma (Halpern; Gibbs, 2013). No Facebook, e também em outros ambientes sociais da rede, há uma forte interseção entre o ambiente e as possibilidades de mediação que ele oferece: articulação com outras redes sociais, mecanismos de busca, citação e indexação (o que amplia as possibilidades de fundamentação e exemplificação de pontos de vista e argumentos, por exemplo). Tal característica é importante, pois o estudo do processo deliberativo *online* não pode desconsiderar que as trocas discursivas que acontecem em uma rede social frequentemente se espriam para outras plataformas, dando origem à uma interconexão de esferas e de conteúdos. A persistência, a possibilidade de responder a qualquer mensagem (postada de maneira síncrona ou assíncrona) e o arquivamento das trocas permitem que os enunciados não só sejam facilmente recuperáveis, como também tracem as diferentes conexões que realizam dentro e para além do espaço no qual foram postados.

Nesse sentido, como apontam Oliveira, Sarmiento e Mendonça (2014, p.59), o potencial deliberativo de conversações realizadas no redes sociais apresenta uma

de suas dimensões quando nos dedicamos a entender os caminhos argumentativos construídos nas trocas, além de identificar crenças, valores e enquadramentos a partir dos quais os usuários expõem e negociam sentidos. Para eles, a deliberação nessas redes não é algo a ser observado a partir de uma iniciativa ou arena, mas na interface entre iniciativas e arenas. Tal constatação nos leva a perceber a importância assumida por uma análise apurada dos contextos enunciativos de trocas *online* diante daquilo que entendemos como processo deliberativo. Além disso, não se pode tecer uma análise dessas trocas sem levar em consideração que grande parte delas é marcada pela hostilidade, pela desvalorização dos interlocutores e seus argumentos, pelas assimetrias de *status* entre os participantes e, sobretudo, pela não tematização de injustiças referentes ao próprio reconhecimento dos parceiros como moralmente dignos de serem vistos como interlocutores, como “pares” (Marques, 2016).

Nesse sentido, o percurso metodológico por nós desenvolvido leva em conta que um processo deliberativo não se apresenta de maneira pontual, mas se desdobra em diferentes momentos no ambiente de conversação *online*. Tal desdobramento considera tanto aspectos ligados às configurações das trocas de enunciados no *Facebook* (em suas articulações com outras redes), quanto a aspectos configuradores de momentos que podem ser considerados como deliberativos. Assim, não se trata de apenas verificar se as conversações analisadas cumprem ou não os procedimentos formais de construção de esferas públicas deliberativas. Uma análise de espaços de conversação política *online* precisa contemplar, para além de uma verificação da presença de reciprocidade, reflexividade e discussão crítico-racional, a relação desigual que se estabelece entre os interlocutores, além da configuração da própria situação de comunicação/interlocução (incluindo aí o *design* da interface da plataforma de debate). Embora no presente artigo nossas análises apresentem limitações, estamos cientes da urgência em construir percursos metodológicos que considerem múltiplos fluxos de discursos e enunciações entre espaços online e offline (algo que será privilegiado na tese de doutorado em andamento).

Procuramos observar, a partir das trocas desencadeadas por três posts específicos, como os interlocutores identificavam uma série de possibilidades de abordar o problema; como buscaram compreender as principais nuances da questão; o modo como se deu a apropriação e contestação crítica dos pontos de vista publicamente disponíveis; e como ocorreu a explicitação das premissas que sustentam pontos de vista. Norteia nosso olhar, o fato de que os sujeitos, sobretudo os jovens, não se apresentam prontos como interlocutores de um debate, conscientes de sua fala e de seus posicionamentos em uma ordem discursiva, mas se tornam seres de palavra nos momentos em que criam e se engajam em espaços de enunciação conflitiva. Tomar a palavra implica posicionar-se e isso leva a uma indagação acerca da caracterização do espaço discursivo que se constitui em torno de um sujeito que se autodenomina “secundarista”, “estudante”, “anarquista” etc. Tanto os argumentos dispostos no debate quanto a criação de uma cena na qual os sujeitos se fazem interlocutores, constroem e reconstroem identidades (individuais e coletivas) e pertencimentos devem ser criticamente avaliados.

No caso dos jovens secundaristas, a conversação política no Facebook não só oferece oportunidade para trocarem argumentos sobre uma questão, construir relações sociais ou questionarem visões dominantes sobre um dado assunto, mas é também uma oportunidade para que se apresentem diante dos outros, revelem suas identidades e construam relatos de si, configurando uma dimensão ética e moral de relação com a alteridade. Interessa-nos construir um olhar mais atento à experiência política dos estudantes online, procurando destacar alguns de seus aspectos mais particulares.

Este trabalho procura, desse modo, compreender o processo comunicativo que se instaura no *Facebook* a partir do movimento dos secundaristas em São Paulo, considerando que esta plataforma on-line se tornou uma das principais ferramentas de comunicação do movimento e a principal forma de visibilidade dos estudantes, tendo em vista que a mídia tradicional fez uma cobertura negativa do movimento, dando pouco espaço de fala aos próprios secundaristas.

O *Facebook*, nesse contexto, mostrou-se *a priori* como uma forma de furar o bloqueio midiático que foi imposto ao movimento e publicizar as razões, o

enunciados e as formas de enunciação e auto-organização política dos secundaristas.

#### **4. O boicote ao Saesp no auge das ocupações**

O número de escolas ocupadas no Estado de São Paulo passou de menos de 25 no início de novembro para quase 200 na segunda quinzena do mês<sup>14</sup>. Esse aumento estrondoso começou a causar dores de cabeça para o governo estadual, pois, além de os estudantes terem ganho visibilidade e apoios importantes da população, como de artistas e intelectuais, por exemplo, a mídia tradicional também começa a se render a cobertura expressiva do movimento.

Como o movimento ganha uma proporção enorme, que envolve centenas de escolas e milhares de estudantes, surge o *Comando das Escolas Ocupadas*, uma espécie de entidade, criada pelos próprios estudantes, que visa a unificar as ocupações em torno de um ideal comum, propondo “um espaço de articulação independente, horizontal e apartidário, aberto a todas as ocupações que estão em luta”<sup>15</sup>.

Em reunião realizada na Escola Fernão Dias, em 21 de novembro de 2015, a primeira iniciativa do Comando foi promover um boicote ao Saesp, avaliação anual que mede o rendimento escolar dos estudantes. Para isso, recorreram ao coletivo *O Mal Educado*, cuja página no *Facebook* é nosso objeto de análise, que já possuía manuais e táticas para promover o boicote às avaliações fomentadas pelo governo.

---

<sup>14</sup>Contagem realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) em tempo real, entre os dias 8 de novembro de 2015 e 19 de janeiro de 2016.

<sup>15</sup>Manifesto pronunciado na Escola Estadual Fernão Dias, em São Paulo, em reunião realizada em 21 de novembro de 2015.

# BOICOTE O SARESP

## 1 O QUE É O SARESP?

Uma prova aplicada pelo governo estadual para avaliar o desempenho de escolas e alunos. O governo alega que usa as notas e os índices do Saresp para orientar suas políticas para a educação pública. Mas a política de Aclerlin nós já conhecemos: fechar salas, fechar escolas, cortar verbas, precarizar e privatizar a educação pública.

## 2 PARA QUE SERVE?

Para nada que o governo promete. O Saresp é usado para intimidar os professores e estudantes, retirando investimentos das escolas que vão mal na prova. É uma política de produção de índices, que hierarquiza e gera concorrência entre as escolas e os professores, atraídos pelas bonificações que podem receber para complementar seu salário miserável. Os estudantes são tratados como meros números e nunca são beneficiados por esse tipo de prova.

## 3 PARA QUE NÃO SERVE?

Definitivamente o Saresp NÃO é uma ferramenta para os estudantes e a população decidirem os caminhos de sua própria educação. Não serve nem sequer para avaliar as condições da educação atual, pois seus resultados são frequentemente falsificados pelas escolas para garantir o bônus.

## 4 POR QUE BOICOTAR?

Milhares de estudantes estão na luta contra a reorganização e o fechamento das escolas: nas últimas semanas fizeram centenas de manifestações e ocuparam mais de 80 escolas pelo estado. O Saresp é mais uma das ferramentas do governo Aclerlin para justificar os fechamentos e a reorganização das escolas. Boicotar o Saresp é mais uma forma de lutar contra a reorganização e apoiar as escolas ocupadas.

FIGURA1 – Panfleto sobre o boicote ao Saresp divulgado pelo *O Mal Educado*  
FONTE: *O Mal Educado*<sup>16</sup>

É importante ressaltar que o Saresp, que aconteceria nos dias 24 e 25 de novembro, faz parte de uma estratégia emblemática tanto do governo quanto dos estudantes. Para os secundaristas, o Saresp representava o modelo de educação que eles rejeitavam, afinal como o aluno poderia ser avaliado por uma única prova? (CAMPOS et. al, 2016)

Para o Estado, o Saresp seria a oportunidade ideal para esvaziar o movimento dos secundaristas. Por isso, o governo estadual passa a divulgar que as escolas ocupadas não fariam o Saresp e que isso prejudicaria toda a escola, pois os investimentos seriam retirados (as escolas que têm as melhores notas no Saresp recebem bônus, bem como seus professores). Uma campanha do governo começa a ser articulada para intimidar estudantes, professores e diretores das escolas.

No entanto, mesmo com a pressão do governo, principalmente em professores e funcionários das escolas ocupadas, os estudantes não cedem e o

<sup>16</sup> Extraído da página *O Mal Educado*, do *Facebook*, disponível em <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>>. Último acesso em 26/04/2017.

movimento, ao invés de minguar, acaba crescendo ainda mais nos dias seguintes: no dia 20, eram cerca de 80 escolas ocupadas; no dia 24, sobre para 160<sup>17</sup>.

No estudo empírico realizado para este trabalho, concentramos a análise nesse recorte temporal – período de boicote ao Saresp – e nas postagens e comentários da página do *Facebook* do coletivo *O Mal Educado*, um dos principais espaços abertos que fez a divulgação do movimento e fomentou o boicote ao Saresp. A seguir, veremos como a análise foi recortada no período acima citado e apresentamos os resultados.

## 5. Análise e resultados

A página *O Mal Educado* no *Facebook* realizou 214 postagens entre os dias 24 e 26 de novembro, com referência ao boicote ao Saresp, a maioria delas com imagens feitas pelos próprios alunos, conforme foram orientados pelo coletivo. Na página, a recomendação para esses dias era de manter as ocupações, realizar piquetes, confiscar provas e, caso não fosse possível impedir sua aplicação, o coletivo recomendava rasurar o gabarito. Desse modo, muitas postagens mostravam as fotos dos gabaritos rasurados pelos alunos, que fotografavam e mandavam diretamente para as páginas do movimento.

Para a análise, observamos os comentários em torno de três tipos de postagens: um meme do governador Geraldo Alckmin, uma imagem de uma prova rasurada e o relato de um estudante que foi intimidado pela diretoria da escola ao se posicionar a favor do boicote ao Saresp. As escolhas foram feitas com base na visibilidade gerada por essas postagens (número alto de compartilhamento, curtidas e principalmente comentários).

Diversos memes, imagens auto-replicantes de rápida e ampla divulgação no ambiente online (MARTINO, 2014), foram divulgados na página, a maioria ironizando o governador Geraldo Alckmin e o então secretário da Educação Herman Voorwald. Importante salientar que os memes costumam ter maior visibilidade, especialmente pela reprodução em compartilhamentos, do que as fotos e imagens

---

<sup>17</sup>Contagem realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) em tempo real, entre os dias 8 de novembro de 2015 e 19 de janeiro de 2016.

ilustrativas do movimento. Enquanto as fotos das ocupações raramente apresentam comentários e têm poucas curtidas, os memes, incluindo os compartilhamentos, acabam recebendo um maior número de comentários - a velocidade de propagação, bem como o fácil entendimento dos memes e sua potencialidade de replicação e reprodução, sugerem com especial força a mescla de linguagens específicas do ambiente online com as justificativas esperadas em um cenário de deliberação. O meme analisado, em conjunto com seus comentários, foi o seguinte:

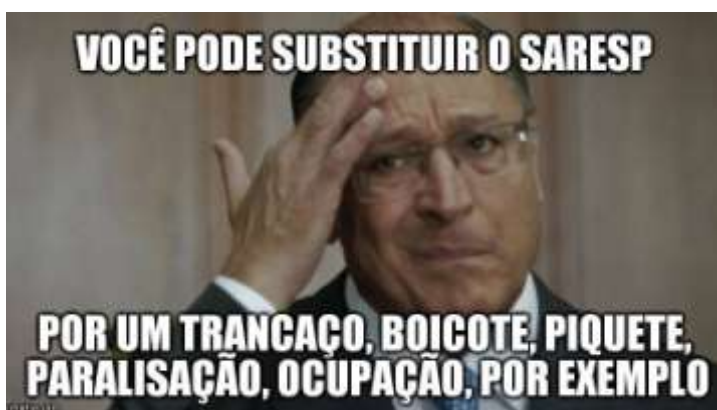


FIGURA 2 – Meme postado no dia 24 de novembro na página *O Mal Educado* e amplamente replicado em outras páginas  
FONTE: *O Mal Educado*<sup>18</sup>

Junto com a imagem, o post traz as palavras de ordem do boicote, convocando os alunos a manterem as ocupações, e a lista de todas as escolas ocupadas (129 escolas, segundo a página<sup>19</sup>). A imagem foi curtida por 311 pessoas e teve 178 compartilhamentos, o que gerou centenas de comentários, os quais não foram possíveis de mapear devido à propagação da imagem em diversas páginas diferentes. Na página d' *O Mal Educado*, o meme gerou 17 comentários, quantidade expressiva, já que outras postagens não receberam nenhum comentário.

A hipótese levantada foi que os comentários em memes, até mesmo pelo conteúdo que tende ao humor e à ironia, fossem superficiais, sem justificativas ou reciprocidade, ideias normativas importantes para o potencial deliberativo de uma conversação.

<sup>18</sup> Extraído da página *O Mal Educado*, do *Facebook*, disponível em <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>>. Último acesso em 26/04/2017.

<sup>19</sup> Os dados da Apeoesp apontam 175 escolas ocupadas em 24 de novembro de 2015, no entanto, no *Facebook* os estudantes divulgam 129 escolas ocupadas.

No entanto, nos 17 comentários analisados, observa-se a reciprocidade, já que grande parte dos comentários respondem a um interlocutor chamado Anderson Araujo<sup>20</sup>, e os comentários apresentam algum tipo de razão ou justificativa ao contra-argumentar os enunciados do interlocutor acima mencionado. Vejamos:

Interlocutor 1: Anderson Araujo, tá merecendo ter o cérebro ocupado. Vá ler um livro, meu filho! [...] Se para VC educação não é importante, meu querido, realmente VC está precisando ter o cérebro ocupado! Vc tem filhos? Acho que não... E, se tiver, não devem estudar em escolas administradas pelo governo do Estado. Entre em uma perto de sua casa e assista aulas durante uma semana e depois diga se existem coisas mais importantes ou não. Falar sem conhecimento de causa e, pior ainda, gerar críticas e insultos não faz de vc uma pessoa melhor, só faz de vc um babaca (24 de novembro de 2015 às 11:05).

Interlocutor 2: Um fato não deslegitima o outro Anderson, cada classe social luta por seu interesse, deixe o conjunto dos trabalhadores lutem contra a falta emprego, mas os secundarista estão com todo direito de lutar contra o fechamento de sua escola..( 24 de novembro de 2015 às 14:15)

É importante salientar que um meme não articula imagem e texto para compor um tipo de célula visual, um enunciado fixo e dobrado sobre si mesmo, como uma pequena unidade de sentido que circula amplamente tornando visível uma mensagem codificada. Um meme faz parte de um sistema de difusão viral e também de um modo operatório de criação de enunciados que requerem o domínio de elementos simbólicos e também a habilidade de criar uma relação texto-imagem baseada no humor, na codificação, na intertextualidade e na ironia. Os memes não são só um discurso risível, mas uma forma de comunicação nativa, nascida online e definidora de identidades políticas e sociais, uma vez que criados e alimentados por comunidades online que se organizam em torno de ideologias e interesses comuns. Assim, o meme não é uma forma banal de expressão política, mas um enunciado que possui regras precisas de composição, que abrange trocas amplificadas e que se configura como elemento estruturante de comunidades online (Gal et al., 2015).

Cada meme não circula nas mesmas redes, uma vez que é preciso conhecimentos específicos, derivados de experiências específicas para compreender e produzir sentido acerca de um meme, além de um interesse

---

<sup>20</sup> Anderson Araujo postou um comentário com duras críticas aos estudantes e ao boicote ao Saresp, mostrando desrespeito e agressividade. Seu comentário foi apagado, provavelmente por ele mesmo (não fica claro), depois das contra-argumentações que recebeu na própria página.



particular para consumir esse material. As referências codificadas podem criar uma identificação e um sentido de pertencimento, uma vez que é preciso conhecer os códigos e símbolos específicos de uma comunidade interpretativa para compreender os enquadramentos que um meme pode carregar (Farquhar, 2012). Por isso, um meme é uma produção cultural ligada às identidades coletivas (ou posições de sujeito coletivas) das comunidades nas quais circula. É justamente a circulação e organização criativa das informações no seio de grupos sociais que tornam o estudo da conversação de jovens secundaristas no *Facebook* instigante para nós. Os jovens usam o humor dos memes para celebrar publicamente e politicamente um sentido compartilhado de identidade.

Outras imagens amplamente propagadas nesses dias mostram as provas do Saresp rasuradas pelos alunos, algo que fazia parte da tática adotada pelo movimento. Uma imagem que ilustra essa forma contestatória de apropriação é a seguinte:



FIGURA 2 – Imagem feita por aluno e postada no dia 24 de novembro na página *O Mal Educado* e amplamente replicada em outras páginas  
 FONTE: *O Mal Educado*<sup>21</sup>

Esta imagem gerou 271 curtidas, 201 compartilhamentos e 13 comentários na página *O Mal Educado*. Diferentemente da postagem anterior, os comentários trazem pouca reciprocidade e justificativas mais restritas. Eles tendem ao desrespeito ou à ironia, tratando o assunto com superficialidade e colocando em

<sup>21</sup> Extraído da página *O Mal Educado*, do *Facebook*, disponível em <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>>. Último acesso em 26/04/2017.

contradição a ação dos jovens estudantes, que de um lado pedem educação, mas de outro sabotam os mecanismos avaliativos do governo (pretensamente destinados a auxiliá-los a ingressar no ensino superior). Vejamos:

Interlocutor 1: Segura essa, picolé de chuchu! (24 de novembro de 2015 às 11:38)

Interlocutor 2: Segura a marimba aí, monamour! (seguido de um meme da Inês Brasil) (24 de novembro de 2015 às 12:00)

Interlocutor 3: Pede educação e não faz a prova? É anarquista e pede educação para o estado? Kkkkkkkkkkkkkkkkk Anarquistas. (24 de novembro de 2015 às 23:52)

Interlocutor 4: Cada dia me convenço mais que essa juventude realmente está perdida!! Meu Deus quanta ignorância!! (25 de novembro de 2015 às 11:18)

Interlocutor 5: Juventude dando show de educação! Contra a educação falida que sua geração deixou a eles. (25 de novembro de 2015 às 17:29)

Inrerlocutor 6: Eu deveria ter sido mais criativo na hora de anular a minha haha. (26 de novembro de 2015 às 03:38)

Interlocutor 7: Que show? a não sei deixar de fazer a lição? isso é show? Asuhasuhuas....hipócrita. (27 de novembro de 2015 às 21:35)

Alguns dos interlocutores se servem de referências políticas, memes, videos e mensagens intertextuais para problematizar o que consideram um “engajamento” despolitizado do jovens no contexto das ocupações. A forma de engajamento online dos jovens é discutida por Vromen, Xenos e Loader (2015) com destaque para o que consideram uma mudança entre duas possibilidades de construção da cidadania para os jovens. Segundo esses autores, os jovens se distanciam de um entendimento de cidadania baseada em normas e deveres (distanciando-se também de modos de participação política como eleições, filiação partidária e leitura de jornais e mídia impressa), para se aproximarem de um processo personalizado, auto-organizador e de construção de regras atualizadas por eles mesmos, com uma preferência por formas discursivas de engajamento online, sobretudo em redes sociais. Os autores destacam as possibilidades de ação conectiva (Bennet; Segerberg, 2012) existentes nas redes sociais digitais, entendidas como territórios de agenciamento coletivo, mas que oferecem modos mais individualizados e personalizados de agir e produzir sentido sobre temas políticos. Essas ações conectivas permitem aos jovens, segundo Sveningsson (2014), a elaboração de

relações de co-produção mais horizontalizadas entre aqueles que consideram como pares, afastando-se de um desenho hierárquico de autoridade e promovendo interfaces mais porosas entre seus vários círculos de convivência e de troca de informações (estas muitas vezes produzidas por eles próprios e tidas como mais confiáveis: vídeos, memes, poemas, imagens, quadrinhos, charges, etc.).

Nesse sentido, as redes digitais possibilitam aos jovens uma alternativa para organizarem sua identidade coletiva, não só ao personalizarem seu engajamento de acordo com seus próprios termos, mas ao se envolverem relacionalmente em um espaço que se configura, ao mesmo tempo, como fonte de informações externas e locus de produção de informações exclusivas, extraídas de suas própria vivências e experiências. Ao contribuir para a sensação de pertencimento dos jovens e para a amplificação das conexões entre *like minded*, o Facebook, por exemplo, favorece a auto-expressão e o compartilhamento de pontos de vista acerca de temas de interesse coletivo. Por isso, a produção de informações, o acesso a outras fontes de informação e a auto-expressão via redes sociais são aspectos centrais da ação conectiva dos jovens online (Vromen et. al, 2015; Halpern, Gibbs, 2013; Sveningsson, 2014).

A conversação política no Facebook é entendida como forma de engajamento micro-político dos jovens que mistura anonimato, confiabilidade, personalização e experimentação de linguagens - algo que prevalece no movimento secundarista quando os próprios estudantes afirmam poder reconfigurar por si mesmos (e relacionalmente) os termos de sua cidadania, de sua autonomia política e da soberania institucional das escolas.

### **5.1 Identidade, singularidade e ação coletiva**

A terceira postagem aqui discutida está diretamente relacionada a essa ação conectiva online personalizada e personificada dos jovens e confere destaque ao depoimento de um estudante (em 26/11/15), que alega ter sido coagido pela diretoria da escola em que estuda, sofrendo ameaças e assédio no dia da prova. O depoimento teve 672 curtidas, 324 compartilhamentos e 52 comentários. Foi a postagem com maior visibilidade e por isso a escolhemos para esta análise.

*[...]comecei a articular na manhã de segunda-feira um boicote ao SARESP na minha escola. Não sei como, mas a direção da escola descobriu, eles me chamaram na sua sala e durante 40 minutos eles ficaram falando sobre a importância do SARESP, e como a reorganização vai ser boa para o estado, e no meio dessa conversa até ameaça de expulsão rolou. Chegando na escola na terça-feira de manhã, a coisa estava maior do que eu pensava, a escola inteira ia boicotar o SARESP, marcando mais de uma alternativa por opção. E é claro, sobrou pra mim, a direção passou em todas as salas dizendo claramente que eu era o mentor disso, e que nós estávamos prejudicando nós mesmo, que o SARESP era usado como vestibular também, e toda aquele papinho que já conhecemos. Chegando em casa, a direção já havia ligado para minha mãe, encheu a cabeça dela contra mim, e falou até de polícia com ela.*

Este trecho do relato foi seguido de vários comentários de apoio, repudiando a ação repressora sofrida pelo estudante<sup>22</sup>, oferecendo-lhe apoio e, identificando-se com a experiência relatada. Entre estes últimos estão os seguintes: “Parece um pouco com o que fizeram comigo” (26 de novembro de 2015 às 17:32). “Estamos no mesmo barco, a diferença é que eu se quer organizei algo além dos meus pensamentos. Fiz sozinha e fui prejudicada por isso” (30 de novembro de 2015 às 13:25).

Um primeiro aspecto que nos chama a atenção na postagem e nos comentários é o modo como os chamados *like minded others* articulam-se para buscar entender uma ofensa (provendo argumentos e justificativas muito bem elaborados e fundamentados), uma coação e buscar soluções (inclusive jurídicas) para o dano sofrido. Para Alberici e Milesi (2016), as experiências de conversação política nas redes sociais digitais favorecem a politização da identidade de grupo e influencia a intenção de participar de ações coletivas. Tal politização se dá quando os membros de um grupo atentam para sofrimentos e opressões comuns e, apoiando-se em um código partilhado e consensual, decidem publicizar suas demandas, engajando-se em uma luta por justiça. As autoras apostam nas manifestações de raiva, frustração e medo para que uma obrigação moral de constância coletiva se estabeleça entre os participantes de determinados perfis nas redes sociais.

---

<sup>22</sup> Uma professora postou o seguinte comentário: “Meus alunos e das escolas ao entorno estão passando por um processo semelhante de perseguição, e alguns procuraram assistência jurídica para denunciar a coação destas gestoras q tem medo de perder bônus e também da violação das provas o que dá margens para pedir a anulação do saresp” (27 de novembro de 2015 às 08:47).

Um segundo aspecto que se destaca a partir desse post é a dimensão de personalização e individualização da ação política (Mendonça, 2015), ou seja, o destaque conferido ao protagonismo subjetivo. Sabemos que os agenciamentos auto-organizadores das ocupações possibilitam passagens e articulações entre a auto-expressão e a construção de cenas de enunciação coletiva, em que as expressões de si produzem um “comum” marcado pelo processo de construção de identidades, ativação de sentimentos morais e de um senso de responsabilidade coletiva. Bennett e Segerberg (2012) refletem acerca desses processos de personalização salientando que as práticas coletivas de atuação política envolvem hoje uma delicada transação entre a individualidade e o grupo, caracterizando o que chamam de “ações conectivas”. Para esses autores, a auto-expressão não invalida nem impede a produção de coletividades e comunalidades. Contudo, requer de nós a consideração de maneiras mais personalizadas e dispersas de ação coletiva, através das quais um “comum” pode emergir da interação entre singularidades (Mendonça, 2015).

Esse traço de personalização da ação política pode nos auxiliar a entender melhor como identidades subjetivas e coletivas se interceptam, dando origem a processos marcados por identificações e pelo aumento da percepção da eficácia política (os participantes vêm a si mesmos como atores relevantes e seu engajamento como central para a produção de mudanças). Assim, a conversação online sobre determinados eventos, as postagens em redes sociais e a narrativização do próprio engajamento nos atos de protesto alimentam as ações auto-organizadoras dos secundaristas que, longe de serem isentas de problemas e assimetrias, apresentam-se como fruto de constantes negociações e embates entre singularidades e projetos de vida.

A conversação cívica online pode criar e/ou fortalecer vínculos de solidariedade e de pertencimento, os quais garantem aos sujeitos e grupos certa confiança para expressarem seus dilemas, anseios e necessidades, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolver capacidades comunicativas, expressivas e relacionais. A conversação nesse caso figura como um ato de expressão da própria

experiência na tentativa de conferir sentido a acontecimentos sobre os quais o ator social julga ter forte incidência:

[...] a conversação cotidiana (*everyday talk*) possui uma função narrativa central para a identidade política. Assim, a discussão política (*political discussion*) não é somente uma oportunidade para os cidadãos trocarem argumentos de modo racional acerca de uma questão, construir relações sociais ou engajarem-se em uma subverção (ou reforço) retórico de visões dominantes sobre tal questão. Ela é também uma oportunidade para que cidadãos determinados apresentem a si mesmos ao público, revelando suas identidades. De fato, a discussão política pode ser um ato de auto-expressão por meio do qual os cidadãos expressam preferências “constitutivas” que são centrais para o entendimento de quem são (Conover; Searing, 2005, p.40)

Questões sensíveis ligadas à agressão, coação e violência como essas associadas ao relato do estudante em questão nos remetem a duas dimensões importantes da auto-expressão no Facebook: a construção de uma legitimidade outorgada à vítima e a construção da autonomia política atrelada ao relato de si (Marques e Biondi, 2016).

Com relação à narrativização da experiência, temos já as pistas fornecidas por Stromer-Galley (2005) e Graham (2010), que apostam na articulação e mobilização de redes de conversação online via identificações, laços de empatia e solidariedade. Para ambos, ainda que não tenham se aprofundado nisso, o que leva as pessoas a se “enredarem” em debates online é menos o grau de racionalidade das trocas argumentativas e mais as “narrativas” que sugerem proximidade, cumplicidade, partilhamento. Assim, seria interessante evidenciar como os interlocutores, ao se nomearem como pertencentes a esta ou aquela categoria, ao dizerem desta ou daquela experiência, ou testemunharem sobre tal ou tal fato que os atravessa, entram em um delicado jogo de aproximação e afastamento dos “nomes” comumente usados para defini-los, buscando também tematizar qual é o cenário discursivo polêmico que se cria entorno deles.

A fala ou relato de si estabelece uma narrativa afetiva de identidade, na qual o “eu” é estabelecido como protagonista a partir do qual se realizará a apropriação reflexiva da alteridade e do mundo. Daí a diferença política básica entre narrar e ser narrado por outrem: a perspectiva de narrar, a centralidade, ainda que momentânea, de quem conta a própria história desloca as linhas de força constitutivas de qualquer

narrativa para o sujeito narrador, em condição tornada excêntrica em relação às narrativas dominantes dentro de uma sociedade. É por conta disso que, para os jovens, a condição de narrar a própria vida, contar a própria história – em oposição às normatizações narrativas que os constituem como uma alteridade em uma história que igualmente não é a deles – parece ser uma condição essencial da vida política que se desenha nas tramas conversacionais do cotidiano.

O elemento biográfico e narrativo, neste particular, se torna um espaço particularmente privilegiado de formação das interações cotidianas, mas apenas na medida em que essas vozes possam ser ouvidas em seu protagonismo: o pessoal se torna político com a condição de que esse pessoal tenha condições de afirmar sua dimensão como sujeito de um discurso a respeito de si mesmo, o qual não desapareça no emaranhado de outros discursos que permeiam o tecido social.

Dessa maneira, o ato de falar de si mesmo em uma conversação política configura uma demarcação de posições narrativas decorrentes da possibilidade de, ao falar de si mesmo, falar também de seus grupos, de suas comunidades, de suas histórias que, embora certamente vividas em um aspecto subjetivo, não deixam de trazer em si condições objetivas – e subjetivadas – de sua ocorrência.

## **6. Considerações finais**

O potencial deliberativo dos ambientes online vem sendo progressivamente observado como um fator a ser levado em consideração no âmbito dos trabalhos sobre comunicação e democracia, sobretudo quando se observa a presença crescente de encaminhamentos práticos a partir desse tipo de interação. Nota-se, da mesma maneira, a elaboração de uma ética discursiva que, embora realizada em uma plataforma digital, não deixa de seguir critérios de exposição, justificação e abertura envolvidos em outras instâncias, com a defesa das pretensões de validade dos proferimentos justificados e justificáveis a partir de argumentos reconhecidos e compreendidos pelos interlocutores.

Observa-se, no entanto, que a articulação dos processos deliberativos nos ambientes online não parece significar uma simples transposição de plataforma ou, menos ainda, uma adaptação de processos prévios de interlocução, mas o

desenvolvimento de outros aspectos interacionais no sentido de trazer as potencialidades das linguagens digitais como pontos de referência na construção de argumentos no processo deliberativo – o uso de memes, expressões linguísticas típicas do ambiente online, e a própria eleição de uma plataforma de rede social – em que pese seu caráter de empresa – como espaço de congregação e discussão.

Nesse sentido, a riqueza dos modos de comunicação presentes em espaços conversacionais *online* pode ser melhor apreendida por uma metodologia que contemple e articule: i) a negociação de um pano de fundo compartilhado e diante do qual se definem posicionamentos que caracterizam cenas dissensuais que combinam estética e política; ii) a estrutura argumentativa e “teatral” (cênica) das trocas; iii) as interseções entre diferentes formas de comunicação utilizadas e permitidas pela materialidade técnica, como as demandas racionais de validade de um argumento e as formas estético-expressivas (agressividade, humor, retórica, sinais visuais de assentimento ou repreensão, testemunho, uso de imagens, etc.), de modo a construir diálogos que permitam a expressão das diferenças e a reflexão sobre aspectos da identidade e da alteridade. Nesse sentido, ressaltamos a importância de privilegiarmos os sujeitos e seu “aparecer” na cena de dissenso, sua percepção como sujeitos de palavra e de discurso e o modo como inventam e criam cenas nas quais há uma interseção entre o conteúdo do argumento proferido e a singularidade dos sujeitos e de seus contextos de vida e ação.

Nesse sentido, é possível observar, a partir do estudo do “corpus” deste trabalho, que os ambientes digitais trazem em si uma considerável potência política no sentido de permitirem o surgimento de conversações que, mesmo informais, não deixam de se articular em torno dos processos deliberativos vinculados ao que seria uma “ética do discurso” - muito mais intuída do que propriamente institucionalizada, mas não menos eficiente, no âmbito dos processos políticos, do que qualquer outra.

Ressalta-se, dessa maneira, não apenas as possibilidades deliberativas dos ambientes digitais, mas, igualmente, o aspecto ético da ação política localizada no âmbito das conversações informais, aparentemente “desorganizadas” e, por isso mesmo, com o que seria um menor potencial deliberativo. Ao contrário, pelo que foi possível observar, há todo um potencial político dentro das conversações informais



online – com a condição, a ser desenvolvida em outros momentos, dessa ação transcender o elemento propriamente digital em uma sociedade midiaticizada.

## Referências

- ALBERICI, A. I., & Milesi, P. (2016). Online discussion, politicized identity, and collective action. **Group Processes & Intergroup Relations**, 19(1), 43–59. <http://doi.org/10.1177/1368430215581430>
- ALTHEMAN, F.; [MARTINO, L. M. S.](#); MARQUES, A. Conversações políticas no Youtube e suas contribuições para o processo deliberativo acerca do Projeto de Lei do Ato Médico. In: MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R.; BARROS, S. (Org.). **Deliberação Online no Brasil**. Salvador: Edufba, 2016, p. 272-299.
- BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication and Society**, v.15, n.5, 2012, p.739-768.
- CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M.M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.
- Chaput, M. (2008). Analysing On-Line Political Discussion. From the Deliberative Ideal to the Reconstruction of Argumentative Practices. *Reseaux*, 26(150), 83–106.
- CONOVER, P.; SEARING, D. Studying ‘Everyday Political Talk’ in the Deliberative System. **Acta Política**, Vol. 40, nº 3, p. 269-283, 2005.
- GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.
- EVELAND, William; MOREY, Alyssa; HUTCHENS, Myiah. Beyond Deliberation: New Directions for the Study of Informal Political Conversation from a Communication Perspective. **Journal of Communication**, n. 61, 2011, p. 1082–1103.
- FARQUHAR, Lee. Performing and interpreting identity through Facebook imagery. **Convergence: the international Journal of Research into New Media Technologies**, v.19, n.4, p.446-471.
- GAL, Noam; SHIFMAN, Limor; KAMPF, Zohar. “It gets better”: internet memes and the construction of collective identity. **New Media & Society**, 2015, p.1-17.
- GRAHAM, Todd. What’s Wife Swap Have to Do with It? Talking Politics Online. In: De Cindio F.; Macintosh A.; Peraboni C. (eds.). **From e-Participation to Online Deliberation, Proceedings of the Fourth International Conference on Online Deliberation**, OD 2010. Leeds,UK, 30 June - 2 July, 2010, p.101-116.
- HABERMAS, J. **Between facts and norms**. Massachusetts: MIT Press, 1998.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 1: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HALPERN, D., & Gibbs, J. (2013). Social media as a catalyst for online deliberation? Exploring the affordances of Facebook and YouTube for political expression. **Computers in Human Behavior**, 29(3), 1159–1168. <http://doi.org/10.1016/j.chb.2012.10.008>
- HIMELBOIM, I., Lariscy, R. W., Tinkham, S. F., & Sweetser, K. D. (2012). Social Media and Online Political Communication: The Role of Interpersonal Informational Trust and Openness. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, 56(1), 92–115.

KIES, R. Deliberação On-line. In: MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A.; FILGUEIRAS, F. (orgs.). **Democracia digital**. BH: Ed. UFMG, 2016.

MAIA, R.(ed.). **Deliberation, the Media and Political Talk**. New York: Hampton Press, 2012.

MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. BH: Autêntica, p. 207-237, 2009.

MARQUES, A. Dimensões do processo comunicativo na deliberação online. In: MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A.; FILGUEIRAS, F. (orgs.). **Democracia digital**. BH: Ed. UFMG, 2016, p. 237-262.

MARQUES, A. C. S.; BIONDI, Angie. A vítima enunciada em redes: o dissenso como experiência estética In: MENDONÇA, C; DUARTE, E.; CARDOSO FILHO, J. (orgs.). **Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas**. 1 ed. Belo Horizonte : Selo PPGCOM, 2016, v.1, p. 165-188.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Trabalho apresentado no 39 Encontro da ANPOCS**, MR14 - Movimentos sociais e as transformações do ativismo contemporâneo no Brasil: repertórios, engajamento e identidades, 2015.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 31, p. 741-768, 2016.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. L. Racionalidade *online*: provimento de razões em discursos virtuais. **Opinião Pública**, v. 22, p. 418-445, 2016.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, nº 25, nov. 2005, pp. 11-23.

OLIVEIRA, W. M.; SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. Deliberação no YouTube? Debates em torno da questão LGBT. **Revista Compolítica**, nº 4, vol. 1, p. 53-80, 2014.

SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. Disrespect in online deliberation. **Revista de Ciencia Política**, v. 36, p. 705-729, 2016.

STROMER-GALLEY, Jennifer. 2005. "Decoding deliberation online". **Trabalho apresentado na Second Conference on Online Deliberation**. Palo Alto, California, 20 a 22 de maio.

SVENINGSON, M. (2014). "I don't like it and I think it's useless, people discussing politics on Facebook": Young Swedes' understandings of social media use for political discussion. **Cyberpsychology**, 8(3).

VAN DIJCK, J. Facebook as a tool for producing sociality and connectivity. **Television&New Media**, nº 13, p. 160-176, 2012.

VROMEN, A., Xenos, M. a., & Loader, B. (2014). Young people, social media and connective action: from organisational maintenance to everyday political talk. **Journal of Youth Studies**, 6261(July 2014), 1–21. Retrieved from <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13676261.2014.933198>

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, J. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2001, pp. 365-386.